

Caímos por nossas qualidades, não defeitos

so: era um exercício permanente de inteligência, de investigação, de contestação. Juntos trabalhamos intensamente para criar aquela rede de centros, estávamos chamados a dar uma contribuição muito concreta à construção de um aparelho educacional democrático no Brasil. Acontece que isto também o Brasil fracassou, nossa geração intelectual fracassou, fracassamos de 64 para cá em tantas coisas. Veja este exemplo: implantamos dentro daquele programa o Centro de Pesquisas Educacionais de São Paulo, que contava com uma boa equipe nascente e com uma das melhores bibliotecas especializadas do País. De que serviu isso? A universidade é tão alienada que esse centro e seu acervo, que se destinavam ao estudo da problemática educacional do ensino primário, ao treinamento do professorado de São Paulo, são hoje a sede da Faculdade de Educação, que não tendo compromisso real nenhum com a educação popular, nem vinculação orgânica com as ciências sociais, virou uma bobagem. Aquilo que está lá agora é uma tolice completa, um outro asperdido de neblina pedagógica. Desapareceu o espírito com que o Anísio a tinha feito.

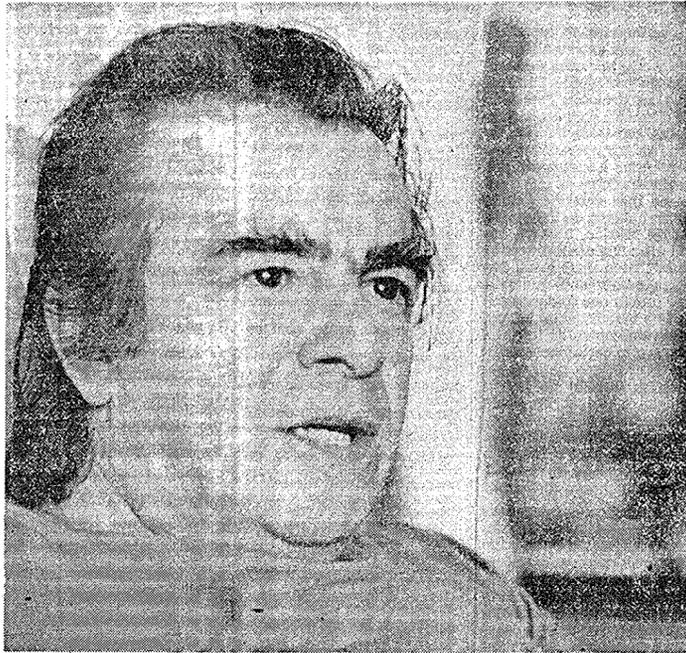
Falávamos de sua carreira.

Sím. Trabalhando com Anísio, eu fui me enfiando na educação e tendo vínculos com Juscelino, mineiro, com Victor Nunes Leal, chefe da Casa Civil, que era meu colega na faculdade, e com Cyro dos Anjos, subchefe, que era meu contrárrio, e comecei a ajudar na preparação do capítulo referente à educação da Mensagem Presidencial. O certo é que, a partir dessa atividade, aprofundi meus estudos de educação, e acabei por integrar a equipe encarregada do planejamento educacional de Brasília. Por essa via, um dia eu me vi encarregado pelo Juscelino de projetar a Universidade de Brasília. E isso me levou a viver a grande aventura espiritual e intelectual de minha vida e de minha geração. Nós ousamos repensar radicalmente a universidade e refazê-la como uma utopia, não para reproduzir as classes dirigentes, mas para renovar toda sociedade brasileira. Assim é que fui tomando um interesse crescente pela educação, que chegou a ser tão grande quanto o que tinha e ainda tenho pelos índios. Fui ser ministro da Educação.

E, por falar em ministro, não poderia descrever o movimento de 1964, visto de dentro para fora, da posição de quem está no governo?

Posso fazer um comentário geral. Não estou disposto a compor memórias, mesmo porque tudo isto é muito vivo ainda para ser apenas objeto de evocação. Ademais, como intelectual, meu papel é interpretar, tentando entender o mundo. Bom, o discurso que faço hoje sobre tudo aquilo é o seguinte: o Brasil, naquela altura, teve com o Jango uma oportunidade histórica de refazer seu projeto básico de estruturação. A História nos colocou diante de opções que não chegaram a ser totalmente tomadas. Fracassamos. Por que? Quais teriam sido as causas? Não se tinha estruturado uma esquerda para chegar à Presidência da República. O sistema, a duras penas, só consentiu que um homem que ocupara reiteradamente a Vicepresidência da República chegasse à Presidência, em consequência do episódio Jânio Quadros. Ocorre que este homem levava ao poder sua vinculação com os trabalhadores que constituíam sua base de apoio. Levava à máquina do Estado compromissos populares que antes jamais se haviam acercado dela. Esta base de apoio, em consequência, passa a operar como uma força de pressão, cujas reivindicações concretas de salário justo, liberdade sindical não podiam ser escamoteadas. Para atender a estes desafios, Jango levou ao primeiro plano intelectuais e pensadores que, no governo, representavam concepções totalmente diferentes das dos seus antecessores e sucessores. Acho que há uma diferença entre Santiago Dantas, Celso Furtado, Almino Afonso, eu e demais assessores de Jango em relação às equipes anteriores, muito mais ligadas às classes dominantes e grupos de interesses. São dois padrões. Também depois dessa diferença se manteve e até se aprofundou — basta comparar o estadista Santiago Dantas, ou Carvalho Pinto, Celso Furtado, com o antedistadista Roberto Campos, com o Simonson e o Delfim, que são homens de negócio. Para eles, lucrar é legítimo. Sua filosofia e sua moral é a do lucro. Eles são ora ministros, ora diretores de bancos, e até o são simultaneamente. Ora, ninguém imaginaria convidar o Celso Furtado, por exemplo, para dirigir uma em-

pressa, pois ele é um estadista ou um professor. Está empenhado em planos de interesse nacional, de defesa da população, de desenvolvimento de toda uma região, nunca num negócio. O padrão, portanto, é diferente. E o que todos sentíamos no governo, apesar das ambigüidades, é que havia uma possibilidade real, concreta, de se passar o Brasil a limpo, tanto em função de vínculos externos de dependência, como de interesses internos de caráter espoliativo. Nossa base política para essa luta era, porém, muito precária. Só podíamos contar realmente com o PTB e com a frouxa aliança com o PSD, dentro das instituições. E fora, com a esquerda anárquica, irresponsável, dividida, imatura. A base real foi o PTB. Sua importância cresceu muito desde que surgiu com vinte deputados, e foi crescendo até se aproximar de duas centenas, no mesmo passo que a UDN e o PSD perdiam cadeiras no Parlamento em cada eleição. Ao longo dos anos de 1946 para 1964, verificou-se uma identificação crescente dos assalariados e da população urbana, em geral, com o PTB que, sendo, embora uma estrutura partidária cheia de defeitos e pouco apta para conduzir o programa de reformas, era muito menos que os outros partidos. Eu creio mesmo que era melhor por suas vinculações populares do que qualquer outro partido com que o Brasil tenha contado em qualquer tempo de sua História. Ele, de fato, era uma coisa nova, comprometida com os assalariados e não com os patrões. Só para exemplificar, recordo que tive oportunidade de acompanhar debates de Jango com Celso Furtado ou Carvalho Pinto sobre a inflação. Ambos demonstravam a gravidade do problema e apresentavam programas e planos de controle dos preços. Jango aprovava, advertia: "Se os preços aumentarem, eu aumento os salários". De fato, ele não tinha alternativa, tais eram os seus compromissos com a classe assalariada. Não podia hostilizá-la, como depois tanto e tão facilmente se hostilizou com a política do arrocho salarial. Se hostilizasse, outro líder surgiria. Nesta conjuntura, as reivindicações salariais se sucediam e a elas se somavam as pressões pelas reformas de base, pondo em crise o pacto com o PSD. Como ministro e depois como chefe da Casa Civil, pude verificar que tanto a conjuntura mundial como a estrutura de poder interna, apesar de contraditórias, criavam oportunidades jamais logradas no passado de se levar a cabo as reformas de base, principalmente a reforma agrária, de que o Brasil precisa a gritos, há mais de um século. Para compreender isto, é preciso compreender os fatores internos e externos que operavam na época. Era preciso oferecer uma alternativa à revolução cubana de Fidel Castro, que comparava a uma grande ameaça. O sr. Kennedy dos primeiros dias propunha energeticamente que fizéssemos reformas sociais antes que o comunismo viesse. João XXIII, por sua vez, desde Roma, libertando a Igreja da servidão para com as classes dominantes, atuava no mesmo sentido, propugnando reformas sociais. Acontece que no meio do caminho nosso papa morre, o sr. Kennedy é assassinado, deixando Jango a pé. Dentro daquela conjuntura eram viáveis muitas operações políticas



Com Anísio Teixeira, nós ousávamos repensar radicalmente a Universidade

de muito ousado nem de radical. Ele dizia sempre que, se o número de proprietários rurais fosse elevado de 2 para 10 milhões, a propriedade seria muito melhor defendida, e simultaneamente possibilidades maiores seriam abertas a mais gente de comer mais, de educar-se melhor, de viver mais dignamente. Por isso é que Jango, latifundiário, queria fazer a reforma agrária para defender a propriedade e assegurar a fartura, evitando o desespero popular e a convulsão social. De fato, não se queria mais do que revoar a legislação de terras, que data do século passado, segundo a qual a forma de obter a propriedade da terra é a compra. Exatamente o contrário do que foi nos Estados Unidos, onde o colono, indo para o Oeste, como se vê nos filmes de "Far West", metia-se pelo sertão para fazer uma posse. E podia demarcar 116 acres para ali estabelecer-se com sua família, em seu próprio chão. Aquil, com a proibição da posse, promove-se a expansão do latifúndio, tornando-se lícito deixar a terra improdutivo por força da propriedade. Apropriada a terra, obriga-se a força de trabalho a optar entre este ou aquele fazendeiro, uma vez que não encontra terra livre para ocupar em parte alguma, para tomar posse dela. O Brasil foi construído dentro da estreiteza desta trama agrária, tão dura, tão brutal, que onde quer que a rede monopolista seja ocasionalmente afetada ocorrem logo multidões para fazer sua posse. Este foi o caso do Contestado, entre o Paraná e Santa Catarina, onde colonos se estabeleceram aos milhares nas terras de ninguém, cujo domínio não estava ainda definido entre os dois Estados. Coube aos soldados o triste papel de tirar de lá os que se haviam estabelecido, para que os latifundiários ali também se instalassem. O mesmo ocorreu na região contestada entre Minas e o Espírito Santo. O mesmo ocorre na Amazônia. São os caboclos maranhenses, piauienses, cearen-

que a ninguém é lícito manter a terra improdutivo por força do direito de propriedade. Se os Estados Unidos puderam industrializar-se rapidamente, isso em grande parte se deveu ao fato de as pessoas não serem expulsas do campo. E a população rural tinha estímulos para permanecer no trabalho, em sua própria terra, com suas culturas e seu gado, enquanto surgiam empregos na cidade. Tinha a terra. Aquil, não. O povo foi sendo expulso dos campos pelo latifúndio. E continua sendo, para acumular desempregados nas áreas urbanas. Na minha região, quando eu era menino, as fazendas de meus parentes tinham dezenas de famílias, de agregados, com gado próprio.

Faziam rapadura, queijo, criavam galinhas, leitões, faziam caldo de cana, mel. Essa gente acabou sendo posta para fora; eram mineiros mas foram mandados como balanos para São Paulo. As fazendas foram transformadas em imensos pastos.

O governo do Jango tratava de enfrentar dois problemas que eram, primeiro, a criação de uma estrutura agrária, capaz de alimentar tanto a população do campo como a das cidades; segundo, estabelecer normas de convivência com o capital estrangeiro, impedindo que ele se tornasse destrutivo. Na Mensagem de Março de 1964 está formulada a proposta de reforma agrária, pela qual sou co-responsável. Além de viável e generosa no plano econômico, era uma proposta libertária, no plano político. Levava em conta principalmente o meirinho e o possessor que são os microempresários do campo. Naquele tempo, calculávamos que a reforma agrária beneficiaria dois milhões de famílias. No fundamental, o projeto estabelecia que o preço máximo da terra ocupada por possesores ou rendeiros, atuais e futuros, seria de dez por cento da colheita comercializada. Portanto, a meia e a terça que se pagava. O fundamental, porém, é que o projeto criava uma vasta área para colonização interna, que seria entregue em arrendamento a quem quisesse cultivá-la. A preocupação era criar uma reforma agrária tanto quanto possível auto-aplicável pela própria população, desburocratizada e capaz de efeitos imediatos. O efeito político principal seria desarticular a enorme massa de microempresários rurais das máquinas eleitorais da UDN e do PSD, libertando-os para defender seus próprios interesses. Ela seria para o campesinato brasileiro uma alforria, tal como a conferida aos operários pela legislação trabalhista de Getúlio, que os desarticulara das clientelas coronelísticas e das vinculações urbanas espúrias, de tipo populista, para lhes permitir ir aprendendo a votar seguindo seus próprios interesses.

E o outro problema a que se referiu?

Era a Lei de Remessa de Lucros, aprovada no Congresso e que o Jango levou um ano para regulamentar. O primeiro esboço da regulamentação foi feito por Carvalho Pinto. Com base nele Waldir Pires e eu redigimos o decreto que foi publicado. Hoje, parece espantoso o que a lei contém, frente ao retrocesso que o Brasil sofreu nos últimos anos, no campo da preservação de seus bens, interesses e direitos. A lei votada pelo Congresso estabelecia que o capital estrangeiro era constituído de dois componentes: o capital estrangeiro propriamente dito, que teve ingresso no

País em qualquer época, na forma de dinheiro e de maquinaria, por exemplo. Esta parcela aqui aplicada efetivamente deveria ser registrada com o montante e a data de ingresso no País, para que gozasse do pleno direito de retorno, quando os interessados achassem conveniente e para que pudesse remeter dez por cento dos lucros anuais para o Exterior. O outro componente, que crescia aqui com apelo ao sistema financeiro local e com a exploração do mercado local, este era o capital nacional pertencente a estrangeiros, que receberia sempre o mesmo tratamento dado ao capital nacional de cidadãos ou empresas do Brasil. Esse não podia retornar pelo simples fato de não ter entrado e, consequentemente, não poderia também produzir lucros exportáveis. Assim é que se atendia na lei ao reclamo da carta-testamento de Getúlio Vargas que reclamava contra cruzelros produzindo dólares. Esta lei evitava situações como a da Light-elétrica, que entrou no Brasil com menos de 100 milhões de dólares, para conseguir, posteriormente, que um governo insensato pagasse por ela mais de um bilhão de dólares. O mesmo ocorreu antes — do mesmo vendedor prodigioso — com os ramos de bondes e telefones da Light. Tudo porque o capital nacional estava junto ao estrangeiro. Essa distinção entre as duas ordens de capital não agradou, obviamente, ao governo norte-americano, embora eles mesmos tivessem feito coisa muito parecida no século passado. Assim é que seu embaixador aqui, o...

Lincoln Gordon, que tentou primeiro influenciar o Waldir Pires. Vendo que isso não seria possível, foi falar com o Jango em nome do presidente Johnson. O Waldir e eu estávamos presentes. Gordon propunha que não se estabelecesse distinção entre os dois capitais, reduzindo-se a remessa de lucros de quatro e meio por cento. Se Jango tivesse aceito, já seria uma grande vitória, pois as multinacionais, agora, só poderiam retirar quatro e meio por cento ao ano, quando mandam presentemente 30, 40 e até mais no capital inflacionado que elas conseguiram registrar como sendo capital estrangeiro. Parece inverossímil. Mas Jango não podia aceitar o trato, pois isso seria trair, uma vez que a lei tinha sido votada pelo Congresso e promulgada, e aquela distinção estava na lei. Ocorre que, aplicada, ela liberaria o Brasil da exploração do capital estrangeiro de caráter mais aventureiro e voraz, e teria um enorme efeito na América Latina, que tenderia a adotar prontamente a mesma medida. Assim, na realidade, estávamos comprando uma briga com os Estados Unidos, de dimensão muito maior do que imaginávamos. De fato, naquele dia em que o Jango disse que não poderia voltar atrás, o Lyndon Johnson decidiu apoiar a articulação do golpe, que se deu segundo as reconstruções que andam por aí pelos jornais, pelos livros e que será descrita cada vez mais copiosamente, dada a capacidade que os norte-americanos têm de conviver com a informação, qualquer que ela seja. O adido militar norte-americano de então, hoje chefe da CIA, se pôs em campo para articular os governadores de Magalhães Pinto a Carlos Lacerda e Adhemar de Barros, com o grupo militar conspiratório da Escola Superior de Guerra, que tramava golpes desde o tempo do Getúlio. Este grupo militar udenista na realidade não representava perigo algum se continuasse

atuando sob o seu próprio comando. Ele era constituído por conspiradores habituais que nunca tinham feito mal a ninguém e apenas merecia alguma atenção dos órgãos de segurança por não ser perigoso. Este grupo só se tornou perigoso de fato a partir do momento em que começa a funcionar assessorado pela Embaixada em ação conjugada com os governadores que estavam apavorados com as reformas, articulados todos pela CIA. Hoje é notório que se aplicou no Brasil em 1964 o primeiro plano de desestabilização de um governo na América Latina, porque os próprios autores o confessam. Antes, porém, já as revistas Fortune e Seleções mostravam como empresários unidos e devidamente assessorados podem impedir o comunismo. Ai se descreve copiosamente como se mobilizou a fé religiosa em massa, os meios de comunicação de massa em campanhas para criar na classe média um terror histórico pelo perigo comunista. Quem fazia a guerra revolucionária, hoje sabemos, era Adhemar de Barros, vendendo metralhadoras para os latifundiários, eram os provocadores parlamentares, era a conspiração militar em marcha contra Jango. Ele sentia isso, ele via isso, ele sabia disso, tanto que tentou o estado de sítio, como forma de sair dessa situação. Quando é que foi? Setembro?

Sim, setembro de 63.

Nessa altura já se achava no plano inclinado. Ou aderiria à direita, desistindo do programa de reformas e se liquidaria rapidamente como liderança, ou ia para a esquerda fazer uma revolução impossível, que não era a revolução dele. Paralisou-se. Era uma situação muito difícil, pois nem a esquerda compreendia a dimensão do que estava em jogo. Muitos deixaram o governo nessa ocasião, como o Paulo de Tarso, sustentando que Jango não era suficiente-

Jânio Quadros e que, uma vez no poder, faziam a política das classes dominantes tradicionais. Mas João Goulart e Getúlio Vargas não cabem nesse quadro, porque estavam tão profundamente comprometidos com reivindicações operárias e dos assalariados em geral que não podiam desatendê-los com gestos de efeito e com demagogias. Em minha opinião, para resumir, o governo de Jango não caiu por seus defeitos, foi derrubado por suas qualidades. Por isto mesmo, as bandeiras com que caímos voltarão a ser erguidas.

Que bandeiras?

Vocês se lembram daquela história de deixar o bolo crescer, como pregava o Delfim? Crescer para depois dividir. Pois bem, o bolo cresceu, de fato, chama-se dívida externa. E agora? Vão chamar as empresas estrangeiras, que levaram tanto com o crescimento do bolo, para ajudarem a pagar? Inevitavelmente, a Lei da Remessa de Lucros ou alguma coisa equivalente terá de ser considerada e do mesmo modo a questão agrária. Esses problemas estão voltando à tona e vão ressurgir inexoravelmente, pois estão ligados aos interesses orgânicos da sociedade brasileira e ao destino mesmo do País. Ou o Brasil toma conta de si mesmo e organiza sua vida para que os brasileiros possam comer, vestir-se e educar-se, para chegar ao ano 2000 como um povo livre e minimamente próspero, ou se continua pelo caminho do desenvolvimento associado e do latifúndio irresponsável para fracassarmos na futura civilização. Fracassarmos, a menos que ocorra uma ruptura e se estabeleça um novo pacto que permita à sociedade brasileira abrir seus quadros para permitir que mais gente tenha empregos, produza, coma e viva melhor.

Acredite nessa ruptura, ou melhor, numa abertura a partir de agora?

Acredito. Em termos, está claro, não creio que se possa retomar exatamente o que se fazia em 64.

Não se volta ao passado.

Não se volta, mas a reabertura política significa que essa problemática voltará a ser posta na mesa. Deixemos de ingenuidades. As questões estão postas. Trata-se de saber como é que se vai permitir que mais gente coma. A política de produzir soja para pagar os lucros da Volkswagen e importar feijão vai-se tornar inadmissível, porque ela é suicida e criminoso para uma população de 120 milhões e que brevemente será de 200 milhões. Políticas assim só podem ser impostas com muita repressão. Ter como critério fundamental da política econômica o incentivo do lucro empresarial, sem qualquer critério de responsabilidade social, além de ser um crime é uma loucura. O Brasil sempre foi muito próspero para os ricos. A empresa mais próspera do mundo no Século XVII foi a do açúcar nordestino — e nesse sentido o Delfim poderia nos consolar muito dizendo que a renda per capita mais elevada do mundo, aí por volta de 1700, era a dos escravos que produziam açúcar no Nordeste. E depois foi a dos negros que produziam ouro em Minas — uma renda per capita ótima no critério de Delfim, apesar de que os escravos duravam cinco anos no éito.

A política empresarial vigente hoje é a mesma. Assim como ontem os escravos eram queimados como carvão humano, para que os seus senhores e os banqueiros deles lucrassem, hoje o povo todo é sacrificado pela filosofia empresarial de Roberto Campos, do Delfim. Essa gente devia ser proibida de aproximar-se do governo, por sua irresponsabilidade social e pelo caráter obsoleto do seu pensamento. Tanta brutalidade só é admissível na ditadura, quando volta a liberdade e as bocas se abrem, essas questões têm de ser consideradas. Hoje, nossa causa é a democracia, o voto, a liberdade para que o povo tenha possibilidade de decidir em que tipo de sociedade quer viver e de eleger os governos que vão dirigir o País, Não

se trata de nenhuma conquista. Simplesmente voltamos a essa coisa elementar que é a normalidade democrática. Saíndo da anormalidade e da exceção, é claro que as questões nacionais mais importantes voltarão a ser discutidas. As soluções que se encontraram para elas não serão mais as mesmas, pois o país mudou muito nestes quinze anos. Não será a reforma agrária que propugnamos, nem será o mesmo tipo de controle de capital estrangeiro, mas alguma solução terá de ser dada. E esta não será dirigida contra pessoa alguma, nem mesmo para perseguir grupo social nenhum, mas se oporá à situação asfíndica, que não pode mais ser mantida. De fato, já passou o tempo da ditadura militar, que reprimia a ferro e fogo todo esforço de renovação e concentrava poderio infecundo.

Que forças abrem essas perspectivas?

Bem, as Forças Armadas podem assumir as responsabilidades do poder para servir a interesses internacionais, grupos minoritários internos, mas por períodos limitados. Isso levou os Estados Unidos a modificar sua posição, pondo fim à era das intervenções. Isso também repercutiu no Brasil. Basta ver o que aconteceu aqui, depois que o Estado de S. Paulo recuperou a liberdade de defender os interesses que encarna. O mesmo ocorre em outros países latino-americanos há muito submetidos à tutela militar, até mesmo na Argentina e no Chile. Foi-se o tempo em que os Estados Unidos concentravam sua estratégia levando em conta um conflito direto com a URSS e tentavam limpar o terreno, eliminando o que viam como possibilidades de subversão nas áreas sob seu controle. Os militares latino-americanos assumiram o papel de tutores e nós, intelectuais, arcamos com grande parte da culpa do que aconteceu, pois em nossa miopia acadêmica não nos dávamos conta do que ocorria no mundo. Isso abriu o caminho aos militares, que aceitavam a subversão perante a potência hegemônica, o papel de representantes de potências de segunda classe, mera força auxiliar. Esperava-se que depois de limpa a casa o capitalismo internacional brotaria brilhantemente, fazendo do Brasil um grande Canadá. Os trabalhadores amariam seus patrões e estes os trabalhadores, seria tudo um mundo de flores. Isso demandava, contudo, mão forte na repressão. E assim foi imposta à América Latina a tutela que hoje chega ao fim. E finda pelo fato de Washington estar mudando sua estratégia, em função da conjuntura mundial que, de bipolarizada, tende a transformar-se em multipolarizada. Os norte-americanos sabem que terão de conviver não apenas com os chineses, mas também com o latino-americanos e outros povos. Tais mudanças na conjuntura internacional são de importância crucial. Basta lembrar o exemplo de Volta Redonda. Sem Hitler e a ameaça que ele representava ao Ocidente contaríamos hoje com ela? Assim, a estratégia que era determinante ainda há alguns anos está sendo rapidamente modificada, sendo influenciada também pelas transformações internas que se registram nos próprios Estados Unidos. O tempo das Repúblicas das Bananas passou. Mas uma República Volkswagen, como a nossa, é muito pior, pois empresas desse tipo exploram o mercado interno em cruzelros, mas ganham em dólares. Como não os produzem, exigem que o governo exporte mais e mais, que tome dinheiro emprestado lá fora, a juros altíssimos, para pagar os lucros dessas empresas. E o contraste entre o enriquecimento das multinacionais que aqui operam é estupendo se comparado ao nosso empobrecimento, trazido numa dívida externa que em 1985 deverá chegar a 100 bilhões de dólares. Um irresponsável poderia sustentar que isso não tem importância, que não pagaremos mesmo. Mas uma nação não pode raciocinar nesses termos. Teremos de pagá-la, é preciso reconhecer e enfrentar esse compromisso. E no ritmo em que vamos, como pagá-la? Nem vendendo tudo o que temos poderíamos pagar uma dívida gerada pela estrutura colonial de nossa economia, que faça com que ela cresça cada vez mais. Teremos, pois, de redefinir a política econômica que deu o atual desastre, pensando agora não no lucro das empresas — à moda dos Delfins — mas nos interesses dos brasileiros como seres humanos que têm direito a emprego, alimentação, abrigo, educação e liberdade. Principalmente liberdade. Com ela, todas essas questões serão postas no lugar, pois em lugar da ótica da minoria rica e privilegiada começará a pesar também a ótica dos pobres, que são a imensa maioria.

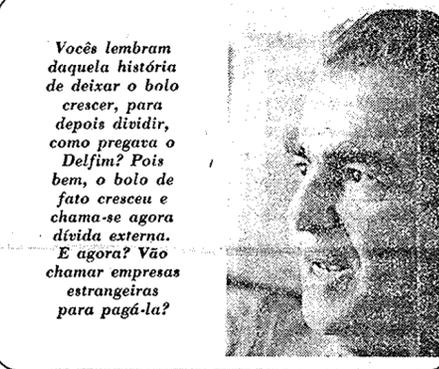


Faziam rapadura, queijo, criavam galinhas, leitões, faziam caldo de cana, mel. Essa gente acabou sendo posta para fora; eles eram mineiros, mas foram mandados como balanos para São Paulo. Fazendas foram transformadas em grandes pastos.

que depois seriam inviabilizadas. Para apreciar bem esta situação contarei um caso que hoje deve parecer incrível. Em princípios de 1962, o Juscelino, que pensava reeleger-se em 65, convidou-me para ser seu futuro ministro da Agricultura. Achava que para eleger-se teria que dar um conteúdo social e humano à sua campanha. Para isto devia falar da reforma agrária, que era o grande tema colocado em pauta no Brasil e em todo o Terceiro Mundo. O que ele me dizia era que exercesse, então, junto dele, o papel desempenhado antes por Lucas Lopes, quando se formulou o Programa de Metas. E o que ele me oferecia no fim da linha na eleição de 65 era aquele cargo de ministro. Assim se vê que, naquela conjuntura, o que Jango tentava fazer não tinha nada

deses que vão chegando ao que e o nosso Faroeeste e marcaram pedaços de terra, com a esperança de lá ter uma vida mais tranquila, como pequenos proprietários. Mas não adianta nada se arranchar, trabalhar a terra, pois o cartório governamental é que dirá de quem é a terra. O colono que chegou primeiro, que ali trabalhou anos e anos, é considerado invasor. O dono é a grande empresa milionária de impostos devolvidos pelo governo, que vai lá viver sua aventura amazônica. Se produzir alguma coisa no futuro, não sabemos. Hoje o que produz é mais e mais bóias-frias.

Justamente, queríamos abolir a legislação responsável pelo atraso brasileiro, queríamos escrever na Constituição



Vocês lembram daquela história de deixar o bolo crescer, para depois dividir, como pregava o Delfim? Pois bem, o bolo de fato cresceu e chama-se agora dívida externa. E agora? Vão chamar empresas estrangeiras para pagá-la?